



SINICATO
Livro sobre história do gás natural no Brasil gera debate sobre privatização
PÁG. 8

Foto: Adriana Medeiros



Simpósio SOS Brasil Soberano discute um projeto de país

Evento organizado pelo SENGE-RJ e pela Fisenge recebeu especialistas e políticos em busca de soluções para a crise **PÁG.4**

ARTIGO

Regras claras são fundamentais para levar internet a todos os lugares **PÁG.2**

INTERNACIONAL

Para Wladimir Pomar, explicar o fenômeno chinês não é simples **PÁG.6**

MULHER

Evento debate o papel das mulheres na luta contra a Ditadura Militar **PÁG.7**

Editorial: A carne é fraca e a PF débil mental **PÁG. 2**

A CARNE É FRACA E A PF DÉBIL MENTAL

Um estrago foi causado pela operação da PF denominada de “carne fraca”, em que alguns problemas de suborno, praticados em certas unidades produtivas de industrialização de carne a fiscais da vigilância sanitária produziram um prejuízo bilionário às exportações brasileiras. E tudo isto por quê? Pela excessiva espetacularização que tem acompanhado essas operações. A PF deveria ter consciência do desastre que iria provocar. Afinal de contas são pessoas treinadas a intervir nas mais diversificadas e delicadas situações.

Apesar das especulações surgidas na imprensa, que atribuem esta operação da PF a uma armação articulada em nível internacional para prejudicar mais um ramo importante da indústria nacional com a finalidade de facilitar a entrada de empresas estrangeiras no ramo, não cremos nessa versão. Ela é muito mais fruto de uma desarticulação dentro do governo e do agravamento das contradições no interior das forças que dão sustentação ao pseudo governo de Michel Temer. A PF ganhou autonomia desmesurada e perdeu todo senso de responsabilidade, inclusive com os destinos do país.

Internet rápida para todos

MARCELLO MIRANDA*

Não existe nenhum lugar no mundo no qual a universalização das telecomunicações, e muito menos da banda larga, se deu a partir da telefonia celular ou da competição de operadoras. Por isso, é uma balela, um engodo, o argumento das operadoras de que a universalização da banda larga no Brasil ocorre através do celular.

Pesquisa recente do Instituto Pew, além de verificar que apenas metade da população mundial tem acesso a internet, mostra que “quanto mais pobre a população, mais móvel ela tende a ser”. O país com maior fluxo de dados via plataforma móvel é a Nigéria, vindo depois a África do Sul, Indonésia e Índia.

Boa parcela da população brasileira não se habilita a ter uma linha fixa devido ao preço exorbitante da assinatura mensal, mas acaba caindo na telefonia móvel pré-paga com preços superiores ao da telefonia fixa.

Alguém poderia afirmar que a população de baixa renda tem direito tanto a telefonia fixa quanto ao celular. Concordamos, mas o problema não está aí. A grande questão é como realmente inserir o conjunto da sociedade numa internet rápida e de qualidade. Com certeza não será limitando o acesso, quando existe, a celulares pré-pagos com preços caros e banda larga sofrível.

O debate sobre a universalização da banda larga não pode ficar restrito a alguns especialistas ou às empresas que possuem como principal objetivo o lucro e não responder, por exemplo, aos desafios da telemedicina, da tele-educação, da transparência das informações etc. Pensar que os representantes do mercado vão se preocupar com as teleco-

municações como base de uma sociedade democrática é tentar iludir todos aqueles que precisam entrar de vez na sociedade da informação.

Daí a nossa preocupação e resistência aos dois grandes golpes que vêm se delineando a partir do PLC 79/16, que doa R\$100 bilhões à Oi, Vivo e Claro; e da entrega do satélite que será lançado no dia 21 de março e que terá 80% de sua capacidade direcionada para o mercado. Essas duas medidas, se aprovadas, dificultarão que a banda larga esteja realmente à disposição de toda a população brasileira.

Levar banda larga às regiões precariamente atendidas ou não atendidas por redes terrestres; permitir a conexão em alta velocidade nas escolas rurais e escolas da periferia das grandes e mé-

dias cidades; garantir a interligação dos postos de saúde, hospitais e outras unidades de saúde pública em locais que não disponham de redes terrestre; garantir que todas escolas urbanas tenham acesso a uma internet rápida e de qualidade são objetivos que poderão ser inviabilizados com os encaminhamentos dados até aqui pelo governo golpista.

Por tudo isso, defendemos que a solução para a universalização da banda larga no Brasil passa por respeitarmos as leis constituídas que afirmam: se um serviço é essencial, ele não pode ser prestado apenas em regime privado. Tem que haver regras claras que obriguem as operadoras a levarem a internet a todos os lugares e classes do país com qualidade e tarifas módicas, e não apenas às áreas mais rentáveis.

*MARCELLO MIRANDA é especialista em telecomunicações do Instituto Telecom

Tem que haver regras claras que obriguem as operadoras a levarem a internet a todos os lugares e classes do país com qualidade e tarifas módicas, e não apenas às áreas mais rentáveis



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virgínia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Samantha Su

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Mesa de abertura foi composta por (da esquerda para a direita): Francisco Teixeira, Newton Augusto Cardoso de Oliveira, Olímpio Alves Santos, Clovis Nascimento, Pedro Celestino e Duda Quiroga



I Simpósio SOS Brasil Soberano discute um projeto para o país

Encontro organizado pelo SENGE-RJ e pela Fisenge reuniu especialistas e políticos

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, abriu, na manhã do dia 31 de março, o I Simpósio SOS Brasil Soberano. O evento busca soluções práticas para a crise que ocorre no país. Para Olímpio, o principal objetivo do evento é construir uma discussão de projeto de nação.

“Precisamos de um projeto de emergência, urgente. É necessário abrir o debate a despeito de toda a resistência. O que assistimos é o desmonte do Estado, que foi

construído na década de 30”, critica.

Clovis Nascimento, vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da Fisenge, afirma que o Brasil vive uma crise sem precedentes.

“É uma crise institucional e política, que partiu de um golpe muito bem engendrado. Temos que construir propostas. Nossas contribuições devem ter como objetivo a melhoria da qualidade de vida”, defende Clovis.

Um dos coordenadores do projeto, Francisco Teixeira, dedicou a mesa de

abertura à menina Maria Eduarda Alves da Conceição, de 13 anos, que morreu vítima de bala perdida dentro da própria escola, na Pavuna, no Rio de Janeiro. Ela gostava de rap e sonhava em ser veterinária.

Também participaram da mesa de abertura Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, Newton Augusto Cardoso de Oliveira, coordenador geral da pós-graduação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie, e Duda Quiroga, secretária de comunicação da CUT-Rio. ▶

▶ CONTINUAÇÃO



ALESSANDRO MOLON – DEPUTADO FEDERAL



FERNANDO PENNA – PROFESSOR



MARCELO AULER – JORNALISTA



MARCIO POCHMANN – ECONOMISTA



CARLOS LESSA – ECONOMISTA

Primeira mesa discute emprego e engenharia nacional

Com o tema “Emprego e processo produtivo”, a mesa da manhã do I Simpósio SOS Brasil Soberano discutiu como a crise política e econômica causada pelo golpe que derrubou a presidenta Dilma Rousseff afeta o emprego e a engenharia nacional. O debate contou com a participação do economista Marcio Pochmann, do político Roberto Amaral, do engenheiro e contra-almirante Alan Paes Leme, da deputada federal Jandira Feghali e do jornalista Luis Nassif.

Marcio Pochmann começou sua fala fazendo uma análise histórica do desenvolvimento brasileiro. Ele contou, por exemplo, que a partir da década de 1920, foi iniciado o processo de industrialização da América Latina. Foi nesse momento que o Brasil conseguiu deixar de ser um país primitivo e se tornou a oitava economia mais rica do mundo. Pochmann, no entanto, frisou que foi um avanço sem pensar nas questões sociais.

“Construímos uma especificidade no Brasil que o novo avança, mas não acaba com o velho. Uma sociedade muito distorcida. Não temos cidades, temos acampamentos em cidades sem planejamento”, explica.

Com a crise em 2008, o Brasil alcançou pela primeira vez um protagonismo que nunca havia tido. Esse projeto está sendo destruído pelo governo golpista que tomou o poder em 2016.

“É uma volta ao século passado, antes de 1930. Qual a nossa capacidade de reação e ocupar obviamente as ruas?”, questiona. “Qual a nossa capacidade de reação frente a isso? A questão é que não tem saída institucional, não tem saída tradicional. Os que deram o golpe só têm a oferecer resultados negativos. Eles não vão entregar o ossinho. Temos que

pensar em saídas fora da saída institucional.”

Ciência e Tecnologia

O engenheiro naval Alan Paes Leme foi enfático: “política de conteúdo local precisa integrar a tecnologia nacional”. Ele iniciou sua explicação sobre a cadeia produtiva de bens permanente e de consumo. “A engenharia permeia toda a economia e sua cadeia produtiva. O Brasil gera bens e não temos indústria forte. Nós hospedamos indústria”, criticou. Os bens permanentes integram infraestrutura, metais, imóveis, terras, por exemplo. Já os bens de consumo abrangem a alimentação, ferramentas domésticas e serviços.

Uma questão uníssona entre os palestrantes e enfatizada pelo engenheiro foi a defesa da política de conteúdo local. “A nossa política de conteúdo local precisa estar ligada à ciência e à produção tecnológica. Podemos melhorar a infraestrutura e usar a tendência de cluster em cada região, valorização da engenharia e centros de pesquisa”, disse. Cluster é uma estratégia industrial de interligar linhas de produção com tecnologia da informação, logística, pesquisa, ciência e tecnologia, seguindo uma lógica de cooperação regional. O engenheiro defende um plano de industrialização dividido regionalmente, como o modelo da Embrapa com escritórios em diversos locais.

Futuro

“O hoje está perdido”. É assim que o ex-ministro Roberto Amaral

define o momento em que o Brasil vive. Para ele, não é possível reconstruir o país a curto prazo, nem do ponto de vista econômico, nem do ponto de vista político.

Em uma profunda análise política e econômica, Roberto Amaral afirmou que a crise resultante do golpe é um processo político que só tem solução na política. Ele acredita que existem três linhas de atuação fundamentais: resistência, desfazer o que foi feito pelo governo golpista e a reconstrução do Estado.

“Esse encontro é uma linha de resistência. Em 1964, nós lamentavelmente fomos surpreendidos, governo e forças populares. No dia 01º de abril nos encontramos sem nenhuma organização de resistência. Hoje temos condições de resistência, de organização, e o fundamental, com condições de reflexão. O maior inimigo da ação política é a prática sem reflexão”, defende.

“Esse golpe não foi simplesmente a troca de Dilma por Temer. Não foi apenas uma infração constitucional. Foi tudo isso, mas foi acima de tudo uma mudança de projeto, a implantação de um projeto que havia sido rejeitado nas eleições. Não tem base na soberania popular, não tem legitimidade. E é um governo que está usando a inexistência de apoio popular como mérito porque agora acredita que pode fazer o que quiser”, defende.

A deputada federal Jandira Feghali afirmou valorizar a iniciativa do SENGE-RJ e da Fisenge de construir um espaço de debate. “No momento de tanta criminalização

da política a gente ter espaço para debater é muito bom”, afirmou ela. “Valorizo muito essa iniciativa, que é um dos pilares desse novo momento. Que país é esse que faremos construção a partir daqui? Ou será apenas de resistência?”

Feghali destacou que a luta contra a reforma da previdência deve ser prioridade. “Estou no congresso desde 1991 e nunca vi nada tão cruel quanto essa reforma da previdência”, criticou.

O jornalista Luis Nassif, sobre a reforma da previdência, disse ainda que “o governo está desmanchando. A reforma da previdência é o decreto de morte de idosos.”

Nassif, no entanto, afirmou estar impressionado com a consciência política da juventude. “Nunca vi uma juventude tão madura e tão atenta”.

Debate frisa importância de união contra os retrocessos

A segunda mesa do I Simpósio SOS Brasil Soberano, intitulada “Estado, emprego e o setor de serviços”, recebeu o deputado federal Alessandro Molon, o professor Fernando Penna, o deputado federal Glauber Rocha, o jornalista Marcelo Auler e o economista Carlos Lessa. O objetivo deste debate foi discutir a retomada dos programas de prevenção a endemias, educação, saúde das famílias, reflorestamento e demais ações induzidas.

Fernando Penna abriu o debate criticando a reforma do ensino médio. Para ele, o projeto é vendido como a “reforma da escolha”. No entanto, não há garantia de que serão oferecidas todas as opções a todas as escolas e a todos os alunos. Para ilustrar isso, ele mostrou um vídeo do próprio Michel Temer contando que, ao entrar no ensino médio, ti-



Os que deram o golpe só têm a oferecer resultados negativos

Marcio Pochmann



JANDIRA FEGHALI – DEPUTADA FEDERAL



LUIS NASSIF – JORNALISTA



ALAN PAES LEME – ENGENHEIRO



GLAUBER BRAGA – DEPUTADO FEDERAL



ROBERTO AMARAL – POLÍTICO



FRANCISCO TEIXEIRA – COORDENADOR DO PROJETO

nerários e isso abre um espaço de segregação. Os alunos que não têm recursos vão estudar numa escola que não tem escolha” afirmou. “É uma reforma que impacta de forma bastante grave. Soberania seria o fortalecimento da rede pública especialmente de valorização do professor e a garantia da infraestrutura para esse professor atuar.”

Molon: “Esse é um dos momentos mais difíceis da história do Brasil”

O deputado federal (REDE-RJ) Alessandro Molon defendeu que não há solução imediata para a crise que o Brasil vive. Ele, no entanto, acredita que o caminho é a resistência e a união.

“Estávamos acostumados a garantir avanços. Agora se conseguirmos impedir retrocessos, seremos heróis. Para resistir teremos que ter grandeza e humildade. Em cada luta teremos que buscar os aliados para aquela luta. Teremos que ter capacidade de buscar todos, não apenas quem pensa como nós”, disse.

Ao analisar o processo de impeachment de Dilma Rousseff, Alessandro Molon defendeu que isso é um reflexo das elites brasileiras. A abolição da escravidão foi recebida pelas elites, na época, com profundo repúdio.

“Foram quatro eleições em que saíram derrotadas as forças que se opunham a um projeto de nação generoso, solidário, em que o Brasil começou a saldar suas dívidas com aqueles que construíram o país, e eu digo começar porque a desigualdade do Brasil é tão profunda que não conseguiríamos acabar com ela em alguns anos. Isso não se muda de uma hora para outra. As forças ligadas a um projeto de país que é um projeto subalterno, que não acredita na soberania, não aceitaram

o resultado das eleições de 2014. No dia seguinte às eleições já tinha gente na rua falando de impeachment. E já se começa o movimento pelo impeachment. Ele nasce antes de qualquer coisa de pedalada fiscal. O movimento se aprofunda e encontra um aliado fundamental que chegou à Presidência da Câmara, Eduardo Cunha. Ele bloqueou qualquer possibilidade de recuperação do Brasil. Em janeiro de 2015 a opção do governo foi abraçar o que foi derrotado nas eleições, chamar Joaquim Levy para Ministro da Fazenda, atuando de maneira contrária ao que foi eleito e afastando a presidenta eleita de sua base. Reforçando uma instabilidade política que foi crescendo até abril de 2016”, analisou.

Molon defendeu, por fim, que a aprovação do projeto de terceirização, de 1998, é simbólico. Segundo ele, o objetivo é retomar o que foi parado em 2002, com a primeira eleição de Lula.

“O objetivo é a destruição do Estado brasileiro. Um programa foi derrotado em 2014, não apenas a pessoa que ocupava o cargo de presidente da república. Houve uma usurpação de poder total, a venda de terra para estrangeiros. O título desse simpósio é muito feliz, pois é capaz de ampliar o grupo de pessoas”, defendeu.

Projeto

Glauber Braga, deputado federal pelo PSOL-RJ, acredita que não se trata apenas de resistir ao programa imposto. É necessário pensar no que será colocado no lugar.

“A primeira coisa é desfazer o que está sendo feito agora. Um projeto político novo deve ser apresentado para a sociedade brasileira, ampliando esse debate para toda a sociedade. Quando uma empresa tem dirigen-

tes denunciados, o dirigente deve ser condenado e julgado, mas o patrimônio deve ser considerado como patrimônio nacional para um projeto nacional”, acredita.

Como Molon, Braga defende a união com setores que possam fazer a resistência com a esquerda. “Tem que trazer para o nosso lado aqueles que possam resistir conosco”, disse.

O jornalista Marcelo Auler citou a importância da mídia nesse processo. Segundo ele, os meios de comunicação não mostram o que está acontecendo com o Brasil. Ele ainda questiona: como se faz comunicação nesse país sem ser através da grande mídia?

“Não tem uma página de jornal falando hoje da ditadura militar num momento que tem um bando de gente gritando pela volta da ditadura”, criticou o jornalista.

O que é o Brasil?

Com essa pergunta fundamental, o economista Carlos Lessa encerrou a segunda mesa do I Simpósio SOS Brasil Soberano. Ele destacou que primeiramente é necessário admitir que o Brasil é urbano, pois 84% da população vive nas cidades. Lessa, no entanto, criticou o fato de que o país continua periférico, pois depende de minérios e produtos agropecuários.

O economista frisou também que, mesmo os setores industrializados que se desenvolveram, cresceram com base no endividamento das famílias, como o setor automobilístico.

“Não é apenas um projeto. Existe um espaço espetacular para conciliação e ampliação. Projeto nacional depende primeiramente descobrir que país é o Brasil. Depois disso, a juventude deve ser mobilizada através da utilização de patrimônio público subutilizado. Não é para privatizar, é para utilizar”, defendeu. ■

NOTAS SOBRE A CHINA



Por Wladimir Pomar*

Em artigo na revista Carta Capital, de 15/03/2017, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo afirma que “há, no Brasil, a tradição de ignorar a experiência alheia ou, na melhor das hipóteses, de interpretá-la levianamente”. E cita a China como exemplo, onde “a ação estatal cuidou dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global. O sistema financeiro abasteceu crédito em condições adequadas de prazo e custo às empresas e aos “setores escolhidos” como prioritários pelas políticas industriais. O circuito virtuoso ia do financiamento para o investimento, da produtividade para as exportações, daí para os lucros e dos lucros para a sustentação da dívida”.

O “resto”, conclui Belluzzo, “é conversa de bêbado”. “Conversa” que tem prevalecido na imprensa e em meios acadêmicos ocidentais desde que a China ingressou nos reajustamentos e nas reformas de seu socialismo, em 1978. O crescimento econômico chinês seria

uma “bolha”, incapaz de sustentar um crescimento de 10% ao ano; os bancos chineses teriam criado uma bolha financeira e uma bolha imobiliária que tendiam a explodir; a queda do ritmo de crescimento para 7% ao ano demonstraria que a China ingressaria na depressão... As “conversas de bêbados” sobre a China são infundáveis.

Por outro lado, explicar o fenômeno chinês não é simples. A China não se formou como nação há pouco mais de 500 anos. Ela evoluiu do escravismo para o feudalismo, e constituiu uma nação feudal centralizada há mais de 2500 anos. Apesar, ou por causa disso, os feudais a impediram de continuar a aventura marítima mercantilista iniciada no século 15, que poderia levá-la ao capitalismo antes da Inglaterra. Tal impedimento a tornou fraca para enfrentar a expansão colonial das potências industriais capitalistas entre os séculos 16 e 20. Mas, como uma contradição viva, fez emergir uma revolução “socialista” numa China que sequer sofrera as dores e as alegrias do modo capitalista de produção em seu solo.

Esse “socialismo” realizou a reforma agrária, erradicou as endemias ru-

rais, estabeleceu o monopólio estatal e o planejamento macro e micro sobre o mercado, empreendeu a industrialização básica, estabeleceu o trabalho coletivo no campo, e universalizou entre sua população as “quatro garantias” (alimentação, roupa, moradia e emprego) e os “três bens” (bicicleta, rádio e máquina de costura).

Apesar disso, não superou a escassez em que se debatia seu povo. 30 anos depois de instaurado, o “socialismo chinês” viu sua população crescer de 600 milhões para 1,1 bilhão de pessoas, das quais 400 mil ainda viviam na pobreza e 700 mil se encontravam abaixo daquela linha. O pleno emprego, realizado pela fórmula de três pessoas para cada posto de trabalho, embora impedisse o aumento da miséria, funcionava como um entrave à produtividade. E o trabalho coletivo no campo não conduziu ao esperado aumento da produção agrícola.

Foi tal realidade que levou a China, após passar pela tormentosa tentativa de superar tais problemas através de uma “revolução cultural”, a compreender que seu socialismo só poderia florescer ao cumprir a missão histórica de desenvolver as forças produtivas, que

cabiam ao capitalismo. Realizar esse processo, sem retroceder das conquistas de sua revolução, combinando a ação do mercado com instrumentos estatais de intervenção, orientação e disputa, tem sido o caminho da “reforma e abertura” trilhado pela China desde 1978.

Atualmente, a China é um país altamente industrializado, com mais de 200 milhões de trabalhadores industriais. Dos seus 1,4 bilhão de habitantes, uns 20 milhões ainda estão abaixo da linha da pobreza e 500 milhões ainda são pobres. Mas 850 milhões já vivem um padrão de classe média. Em outras palavras, ocorreu um gigantesco salto econômico e social, apesar dos vaticínios catastróficos dos “bêbados”.

Como ocorreu tal “salto” no curto espaço de menos de 40 anos? Isso já não é “conversa de bêbado”. É assunto para estudo.

*Wladimir Pomar é jornalista, escritor e um dos professores do curso “América Latina no sistema mundial”, promovido pelo SENGE-RJ.

Saiba mais em nosso site: www.sengerj.org.br/blogs/americalatina

Senge-RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e
conheça o curso de

Autovistoria Predial

www.sengerj.org.br

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Evento debate A LUTA DAS MULHERES PELA ANISTIA

Durante o encontro, também foi realizada uma homenagem para a engenheira e funcionária do SENGE-RJ Elsa Parreira, que lutou contra a Ditadura Militar

Na noite desta quinta-feira (09), foi realizada no SENGE-RJ uma emocionante homenagem às mulheres que lutaram contra a Ditadura Militar e pela Anistia. Entre elas, estava Elsa Parreira, engenheira e funcionária do Sindicato, que faleceu no dia 21 de janeiro de 2017.

A diretora do SENGE-RJ Virgínia Brandão contou como teve a ideia de realizar esse evento.

"É a nossa maneira de celebrar o Dia Internacional da Mulher e também relembrar a luta histórica das mulheres, entre elas a Elsa. Foi uma maneira de unir as duas coisas", disse Virgínia.

O evento contou com a presença de Ana Müller, advogada de familiares de mortos e desaparecidos

e fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro. Ana contou que Elsa tinha uma "forte capacidade de agregar".

"A Elsa sempre foi uma pessoa absolutamente comprometida com as lutas políticas, as demandas sociais com liberdade e com as questões sociais. Não se limitou apenas às nossas reuniões ou atos. Foi além. A igreja no Rio era muito atrasada. Buscamos um padre ou bispo que fosse mais aberto para podermos fazer nossas reuniões e um bispo de Nova Iguaçu abriu as portas e a Elsa proferiu palestras nesse centro de direitos humanos em Nova Iguaçu", contou.

O presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, destacou ainda que são as lembranças boas que permanecem.



Da esquerda para a direita: Virgínia Brandão, Simone Baía e a advogada Ana Müller

"Nós não a perdemos. Temos sua presença cada dia mais perto em nossas vidas, em nossa memória", afirmou.

Para o deputado estadual Eliomar Coelho, que é engenheiro, Elsa fez parte permanente do grupo de engenheiros que lutou pela democracia e tinha uma forte relação com a história do Sindicato dos Engenheiros. Ele afirmou ainda que "Elsa era uma pessoa guerreira, combativa e firme nas suas posições, mas também doce e alegre."

MULHERES CORAJOSAS

Ao contar a história de luta pela Anistia, a advogada destacou ainda a coragem dessas mulheres. Segundo ela, muitas já eram senhoras, mães de jovens presos políticos.

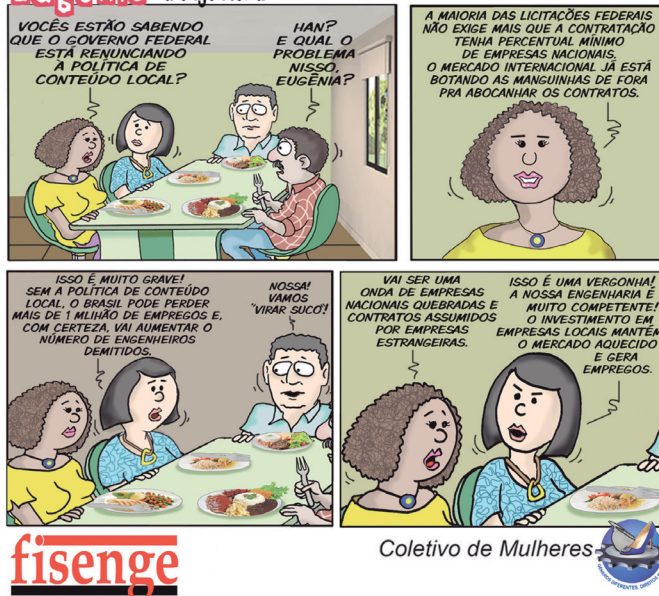
"Fizemos um ato no Itamaraty

porque não davam passaporte para crianças que nasceram no exílio. Fomos seis pessoas com uma faixa e isso deu repercussão. Não tinha nenhum homen e era do lado do ministério do exército", contou Ana. "A todas as mulheres que lutaram, que foram para as prisões, devemos levantar as taças e agradecer a todas elas", afirmou a advogada, emocionada.

A diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, ressaltou que é um grande prazer ver o auditório tomado de mulheres e homens para celebrar a história de resistência das mulheres e falar de uma mulher que foi um exemplo com sua luta.

"A luta das mulheres não é só das mulheres. É de toda a sociedade porque visa um mundo melhor", afirmou Simone.

Eugênia - a engenheira



Engenheira Eugênia defende política de conteúdo local

Fonte: Fisenge

A política de conteúdo local é um instrumento de defesa da soberania do país, de geração de emprego e renda e fortalecimento da indústria brasileira. A Petrobrás saltou de três mil trabalhadores para 85 mil de 2002 a 2014 e reestruturou todo o parque da indústria naval, o pré-sal foi descoberto por causa do investimento em tecnologia local. São inúmeras as conquistas graças ao estímulo à produção tecnológica no Brasil.

Com a redução pela metade da exigência de conteúdo local, o país ficará refém das empresas estrangeiras e, desta forma, assimirá o corte de milhares de empregos. De acordo com a diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, a redução de conteúdo da política local irá promover o desmonte da engenharia nacional. "Em um contexto de desemprego, as mulheres são as mais afetadas porque são as primeiras a serem demitidas e as últimas a reconquistar um posto de trabalho", afirmou.

Livro sobre história do gás natural no Brasil gera debate sobre privatização

Evento contou com a presença de Antônio Gerson, autor do livro, e Guilherme Estrella, ex-diretor da Petrobrás

No dia 10 de março, o SENGE-RJ promoveu um debate para lançar o livro “Gás natural no Brasil: uma história de muitos erros e poucos acertos”, escrito por Antônio Gerson, ex-presidente do Sindicato. O evento foi mediado pelo diretor Victor Marchesini, engenheiro na Petrobrás, e contou com a presença de Guilherme Estrella, geólogo responsável pela descoberta e início da exploração do pré-sal.

“O livro do Gerson mostra o que são as privatizações e as consequências desse processo”, afirmou o presidente do SENGE-RJ, Olímpio Alves dos Santos, na abertura do evento.

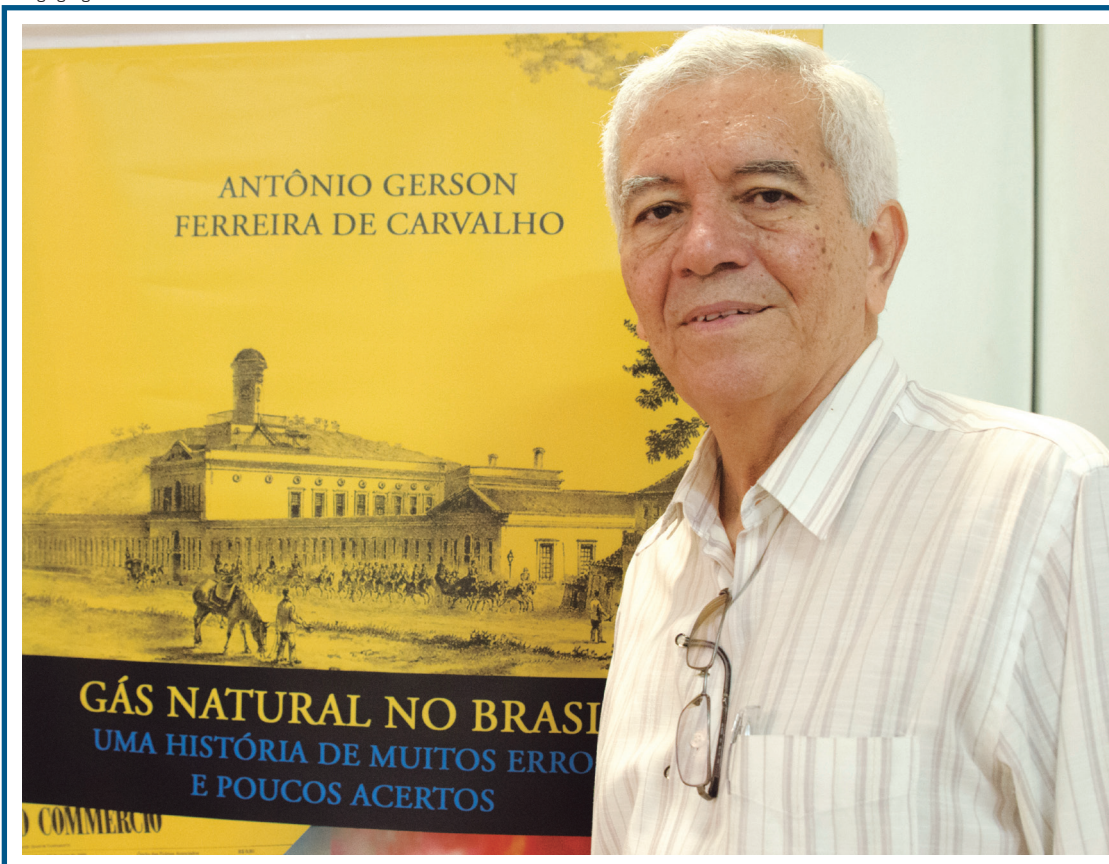
Para Victor Marchesini, a obra é um estudo que mistura dois aspectos fundamentais: a parte técnica e a parte política da privatização.

“É um livro que desperta muita indignação na nossa história recente. O leilão da CEG (Companhia Estadual de Gás, do Rio de Janeiro) foi realizado em 1997, passando por cima da Constituição, das leis estaduais, provocando acidentes. É para nos indignarmos e partirmos para a ação”, defende Victor.

O ERRO DA PRIVATIZAÇÃO

A história de 163 anos de gás canalizado no Brasil é permeada de erros e acertos na sua exploração e distribui-

Nonogn gnogni



“

O que vemos depois da privatização é o elevado valor da tarifa, pouca expansão no sistema e má qualidade do serviço

Antônio Gerson de Carvalho

ção. Gerson conta, no livro, que o objetivo inicial no uso do gás era apenas a iluminação. No entanto, com o tempo, foram descobertas outras formas de uso. Ao longo de todos esses anos, o que se observou foi uma disputa política pelo controle do gás. Segundo Gerson, a privatização, em 1997, foi feita de maneira irregular, contrariando a Constituição. Além disso, às vésperas da privatização, a tarifa foi aumentada.

“O argumento é sempre o mesmo: acabar com o monopólio. No

entanto, não vão ter duas tubulações de duas empresas para o consumidor escolher. É um monopólio. E o que vemos depois da privatização é o elevado valor da tarifa, pouca expansão no sistema e má qualidade do serviço”, critica Gerson.

Guilherme Estrella, que durante o debate contou como foi o processo de descoberta do pré-sal e as tentativas de manter a exploração sob responsabilidade da Petrobrás – incentivando a engenharia e a soberania nacional –

afirma que o livro de Antônio Gerson reflete o caos que vivemos hoje.

“Estamos vivendo uma noite de horror. Isso tem na sua essência a onda neoliberal que varreu o mundo e tem como objetivo se apropriar das riquezas naturais do Brasil. Hoje temos condições, no conjunto de energia, de construir um plano estratégico de país. Esse caos é resultado da falta de planejamento de um Estado. Energia é questão de soberania nacional”, defende Estrella.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br

comunicacao@sengerj2.org.br